

Proc. Administrativo 4- 051/2026

De: Elizangela O. - ST-ADM_DAF

Para: SEMAG - Secretaria Municipal de Administração e Governo

Data: 08/05/2026 às 14:49:43

Setores envolvidos:

SEMAG, ST-ADM_DAF

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2026- KIT DO MAIO AMARELO

—
Elizangela Caldeira de Oliveira

Auxiliar administrativo

Mat: 945

Anexos:

1_8_AVISO_DE_INTENCAO_DE_COMPRA.pdf

1_9_MINUTA_DO_TERMOS_DE_REFERENCIA.pdf

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ART.75, INCISO II, § 3º, DA LEI Nº 14.133/2021

A Secretaria Municipal de Administração e Governo – SEMAG em conformidade com o art.75, Inciso II da Lei nº 14.133/2021, torna público aos interessados que a Administração Municipal pretende realizar cotação de preços, podendo eventuais interessados apresentarem as propostas no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa de acordo com os seguintes requisitos:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE KITS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO PARA BICICLETAS, DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NO ÂMBITO DAS AÇÕES EDUCATIVAS DA CAMPANHA MAIO AMARELO, PROMOVIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO (SEMUTRAN).

- Da Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 30(trinta) dias subseqüente a entrega dos materiais, mediante emissão de nota fiscal e certidões de regularidade fiscal/ tributária.

- Do Fornecimento: O licitante deverá fornecer o material de acordo com a solicitação da administração pública, após confirmação do recebimento da solicitação da Divisão de Almoxarifado e Compras, no endereço Vila Americana, nº 45 - Centro - Belterra - Pará - CEP: 68.143-000.

A proposta de preço deverá ser entregue na Divisão de Almoxarifado e Compras da Secretaria Municipal de Administração e Governo, Sito à Vila Mensalista nº 45, centro, Belterra – PA, CEP 68143-000 no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h, em 03(dias) dias úteis, ou pelo e-mail: logistica.semag@belterra.pa.gov.br, até às 17:00h da data limite.

Belterra – PA, 08 de maio de 2026

Trabalhando pela família Belterrense

SIMONE BRAGA MONTEIRO
Secretária Municipal de Administração e Governo-SEMAG.
Decreto nº 001/2025.

MINUTA DO TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência, referente ao Processo Administrativo nº 027/2026, tem por objeto **OBJETO: AQUISIÇÃO DE KITS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO PARA BICICLETAS, DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NO ÂMBITO DAS AÇÕES EDUCATIVAS DA CAMPANHA MAIO AMARELO, PROMOVIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO (SEMUTRAN).**

2. ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO DO ITEM DO OBJETO:

2.1 Para aquisição de kits de sinalização de trânsito para bicicletas, segue quantitativo lista:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	KIT DE ILUMINAÇÃO PARA BICICLETA COM RETROVISOR ESQUERDO: Conjunto composto por farol dianteiro (luz branca), sinalizador traseiro (luz vermelha) e retrovisor para o lado esquerdo do guidão. Os dispositivos de iluminação deverão utilizar tecnologia LED, com modos contínuo e intermitente, sendo o farol com fluxo luminoso mínimo de 100 lúmens e alcance mínimo de 100 metros, e o sinalizador traseiro com visibilidade mínima de 300 metros. Dimensões compactas sendo farol entre 6 cm e 10 cm e traseiro entre 4 cm e 8 cm e peso máximo de 150 g e 100 g, respectivamente. Estrutura em material resistente com proteção mínima IPX4, fixação ajustável compatível com guidão (22 mm a 35 mm) e canote padrão, sem necessidade de ferramentas. Alimentação por bateria recarregável ou pilhas, com autonomia mínima de 4 horas. O retrovisor esquerdo deverá possuir espelho convexo, dimensões entre 5 cm e 8 cm, haste entre 8 cm e 15 cm, ajuste angular e fixação compatível com guidões de 22 mm a 25,4 mm, garantindo estabilidade durante o uso.	und	300	R\$	R\$
02	RETROVISOR PARA BICICLETA – LADO DIREITO (MODELO MINI): Retrovisor para instalação no lado direito do guidão, com espelho convexo e estrutura em material plástico resistente, destinado à ampliação do campo de visão traseiro. Dimensões compactas, com espelho entre 5 cm e 8 cm e haste entre 8 cm e 15 cm, com ajuste angular. Fixação compatível com guidões de 22 mm a 25,4 mm, por abraçadeira ou expansão interna, garantindo estabilidade durante o uso. Peso máximo de 200 g.	und	300	R\$	R\$

2.2 - O valor total estimado para contratação do serviço da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO será estimado com base de menor preço por item após a realização de pesquisa de preços.

2.3 - DA PLANILHA PARA PROPOSTA

2.3.1 – As propostas deverão levar em consideração os serviços descritos nas planilhas acima.

3. DA VIGÊNCIA

3.1 - A vigência deste instrumento contratual iniciará a partir da assinatura do contrato a 31 de dezembro de 2026.

3.2 - A ficha para dotação orçamentaria indicada será de 2026 como ano em exercício.

4. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

- 110304 – Sec. Municipal de Mobilidade Urbana e Transito - SEMUTRAN
- 26.782.0002.2099.0000–Manutenção das Atividades da SEMUTRAN.
- 3.3.90.32.00 – Material, bem ou serviço para distribuição gratuita.
- Fonte: 001 001

5. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A presente contratação será realizada por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que se trata de aquisição de bem comum, cujo valor estimado encontra-se dentro do limite legal estabelecido para contratações diretas por dispensa, não ultrapassando o teto previsto na legislação vigente.

A dispensa de licitação mostra-se adequada e legal, considerando a necessidade imediata de aquisição de Kit de trânsito para bicicletas para a execução do Projeto Maio Amarelo. A presente contratação tem como finalidade atender às ações educativas da campanha Maio Amarelo, iniciativa de abrangência nacional voltada à conscientização para a redução de acidentes de trânsito. Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Trânsito (SEMUTRAN) busca promover educação para o trânsito desde a base escolar, incentivando comportamentos seguros e responsáveis entre os alunos da rede municipal de ensino. A aquisição de kits de sinalização de trânsito para bicicletas justifica-se pela necessidade de orientar e equipar os estudantes que utilizam esse meio de transporte, contribuindo para a sua segurança e visibilidade nas vias públicas. Além disso, a ação possui caráter preventivo e pedagógico, alinhando-se às diretrizes do Código de Trânsito Brasileiro, especialmente no que tange à educação para o trânsito como direito de todos e dever dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Trânsito. Ressalta-se que a distribuição dos kits durante a campanha Maio Amarelo potencializa o alcance das ações educativas, reforçando a conscientização não apenas dos alunos, mas também de suas famílias e da comunidade em geral.

6. DA AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

6.1 Aquisição fundamentada nos pressupostos do art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. O critério de julgamento da proposta será o **menor preço por lote**, desde que atendidas todas as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1- A empresa contratada deverá fornecer materiais novos, em perfeito estado de conservação e uso, livres de quaisquer defeitos, avarias ou imperfeições que possam comprometer sua utilização. Todos os produtos deverão apresentar condições adequadas de armazenamento, transporte e manuseio, garantindo sua integridade até o momento da entrega à Administração.

Vila Mensalista, nº 45, Centro, Belterra/PA, CEP: 68143-000

semag@belterra.pa.gov.br

CNPJ: 29.578.965/0001-48

Assinado por: SIMONE BRAGA MONTEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://belterra.pa.gov.br/portal-transparencia>

7.7. O fornecimento dos materiais serão feitos de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer-SEMJEL, por meio da Secretaria Municipal de Administração e Governo - SEMAG, autorizadas e assinadas pelo Gestor.

8.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no registro competente, com averbação no registro onde

tem sede a matriz.

8.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

8.1.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país: decreto de autorização.

8.1.9. Quando se tratar de atividade sujeita a registro ou autorização específica: apresentação do registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do art. 66 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação do ato constitutivo e Registro geral do sócio proprietário.

8.2 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

A regularidade fiscal, social e trabalhista será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

8.2.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

8.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.2.3. Certidão de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente aos créditos tributários federais e Dívida Ativa da União, inclusive contribuições previdenciárias.

8.2.4. Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

8.2.5. Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

8.2.6. Certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

8.2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho.

8.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto da contratação, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de declaração emitida pela Fazenda competente.

8.2.9. O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual – MEI que pretende usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 ficará dispensado da prova de inscrição nos cadastros estadual e municipal.

8.3 Habilitação Econômico-Financeira

A habilitação econômico-financeira será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

8.3.1. Balanço patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da lei.

8.3.2. Os licitantes deverão apresentar os índices financeiros obtidos a partir das demonstrações contábeis, conforme as seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG)

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

Solvência Geral (SG)

$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

Liquidez Corrente (LC)

$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

8.3.3. Os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) deverão ser superiores a 1 (um).

8.3.4. Caso o licitante apresente resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices, será exigido capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

8.3.5. Nos termos do tratamento diferenciado e favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como em observância ao princípio da simplificação das exigências de habilitação nas contratações públicas, fica dispensada a apresentação de Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis para fins de habilitação econômico-financeira às empresas enquadradas como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), desde que tal condição seja devidamente comprovada mediante apresentação de documento oficial que ateste o enquadramento no regime da Lei Complementar nº 123/2006. A dispensa de que trata esta cláusula não exime o fornecedor da obrigação de demonstrar capacidade econômico-financeira mínima para execução do objeto, quando expressamente solicitado pela Administração, podendo ser admitida a apresentação de outros documentos simplificados que evidenciem a regularidade fiscal e a capacidade operacional da empresa.

8.3.7. Empresas constituídas no exercício financeiro da licitação poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.3.8. Caso a empresa tenha sido constituída há menos de dois anos, as demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício.

8.3.9. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

9. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1 Local e Prazo de Entrega

A entrega do material deverá ocorrer na sede da Secretaria Municipal de Administração e Governo – SEMAG, localizada na Estrada Um, nº 45, Centro, no prazo máximo de até 10 dias corridos após o recebimento da ordem de fornecimento.

A entrega deverá ser realizada em horário de funcionamento da SEMAG, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h.

9.2- Condições para Recebimento

No ato do recebimento do material será realizada conferência de quantidade, especificações, integridade física e funcionamento básico. Após a verificação técnica detalhada por servidor designado, o mesmo indicará se o material está em pleno atendimento às especificações do Termo de Referência e o funcionamento regular do equipamento.

9.3- Critérios de Aceitação

Serão considerados para aceitação do equipamento:

- Conformidade com as especificações técnicas descritas no Termo de Referência, incluindo modelo, compatibilidade e demais características exigidas;
- Integridade física dos itens, sem avarias, defeitos, riscos ou sinais de uso anterior;
- Acompanhamento de manuais de instrução, certificados de garantia, drivers e cabos necessários para pleno funcionamento;
- Garantia contra defeitos de fabricação, contados a partir da data do recebimento definitivo;
- Emissão da Nota Fiscal Eletrônica, com descrição detalhada dos itens e valores compatíveis com a proposta aceita.

9.4 Rejeição e Substituição

Serão rejeitados os equipamentos que:

Estiverem em desacordo com as especificações técnicas;

- Apresentarem avarias físicas ou defeitos de fabricação;
- Estiverem incompletos ou com acessórios ausentes;
- Apresentarem instabilidade ou incompatibilidade com os sistemas operacionais indicados.

Nestes casos, a empresa contratada deverá providenciar a substituição dos itens rejeitados no prazo máximo de 10 dias úteis, sem ônus adicional para a Administração.

10- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 São obrigações da Contratante:

10.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.3 Verificar minuciosamente, a conformidade do objeto recebido com as especificações constantes do Termo de Referência da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.4 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidores especialmente designado;

10.6 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;

10.7 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11-OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1-A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.2-Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as referências do serviço prestado;

11.3-Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

11.4-Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.5-Indicar preposto para representá-la durante a execução do serviço.

12- DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

13. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especialmente designada pela Administração, que ficará responsável por monitorar a execução contratual e registrar em documento próprio todas as ocorrências relacionadas ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

13.2. Compete ao fiscal do contrato verificar a conformidade do fornecimento dos materiais com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, bem como adotar as providências necessárias para a regularização de eventuais falhas ou irregularidades observadas durante a execução da contratação.

13.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades decorrentes da execução do contrato, ainda que resultantes de imperfeições técnicas, vícios ou defeitos nos materiais fornecidos, não implicando corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, conforme disposto no art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O representante da Administração registrará em relatório ou instrumento próprio todas as ocorrências verificadas durante a execução contratual, indicando data, local, circunstâncias, eventuais responsáveis, determinando as medidas necessárias à correção das falhas identificadas e encaminhando os registros à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.5. A atestação das notas fiscais referentes ao fornecimento dos materiais será realizada pelo servidor designado como fiscal do contrato ou por outro servidor formalmente indicado pela Administração, após a verificação da regular execução do objeto contratado.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, mediante ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

14.2. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão contratante atestar a regular execução do objeto contratado, após a verificação da conformidade dos materiais fornecidos.

14.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá estar obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista da contratada, podendo esta ser verificada por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedor – SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou apresentação da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

14.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

14.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.6. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF, a fim de verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação.

14.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a existência de irregularidade na situação da contratada, esta será notificada para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou apresente defesa, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da

Administração.

14.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração poderá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.10. A CONTRATADA optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove tal condição mediante apresentação de documentação oficial que demonstre seu enquadramento no referido regime tributário.

15. DO PAGAMENTO ANTECIPADO

15.1. Excepcionalmente, poderá ser admitido **pagamento antecipado**, desde que devidamente justificado pela Administração e demonstrada a vantajosidade da medida para o interesse público, nos termos do **art. 145 da Lei nº 14.133/2021**.

15.1.1. O pagamento antecipado somente será autorizado quando constituir condição indispensável para a obtenção do bem ou quando representar economia significativa para a Administração.

15.1.2. Nos casos de pagamento antecipado, a Administração poderá exigir da contratada a prestação de **garantia contratual**, quando necessário para resguardar o interesse público.

16. DO REAJUSTE

13.1-Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de vigência do contrato.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei 14.133, de 2021, a contratada que:

17.1.1. Der causa a inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.1.3. Não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo;

17.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;

17.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

17.3. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo significativo para a Contratante;

18. ESTIMATIVA DE PREÇO E PREÇOS REFERENCIAIS

15.1- O custo estimado da contratação será subsidiado conforme levantamento de preços após realização da pesquisa de mercado.

19. ACEITE DE OBJETO.

19.1. A contratada deverá estar apta a entregar o objeto acima.

19.2. A contratada deverá estar apta a fornecer os materiais do objeto de forma imediata após

assinatura do contrato mediante solicitação e autorização de fornecimento desta secretaria.

19.3. A administração rejeitara, no todo ou em parte, o fornecimento do material em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

20. MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO A SEREM ESTABELECIDOS

20.1. A contratante disponibilizará e-mail para comunicação entre as partes, semag@belterra.pa.gov.br

20.2. A contratada disponibilizará número de telefone e-mail para comunicação entre as partes.

20.3. A ordem de serviço será enviada por e-mail disponibilizado.

Belterra- PA, 08 de maio de 2026.

SIMONE BRAGA MONTEIRO
Secretária Municipal de Administração e Governo.
Decreto nº 001/2025.

**Prefeitura Municipal de
Belterra**
Trabalhando pela família Belterrense



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E359-5B26-0001-BA86

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SIMONE BRAGA MONTEIRO (CPF 757.XXX.XXX-49) em 08/05/2026 14:54:13 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://belterra.1doc.com.br/verificacao/E359-5B26-0001-BA86>